

O 2º Visconde de Santarém e a Academia das Ciências de Lisboa (1821-1852¹)

Daniel Estudante Protásio²

Resumo

O 2º Visconde de Santarém foi correspondente e sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) a partir de 1821 e 1826. É exemplo de uma segunda geração de membros da ACL na sua família, pois o pai fora eleito para as mesmas categorias em 1806 e 1810.

Uma das questões mais pertinentes sobre o porquê de não ter o 2º Visconde ascendido na hierarquia da ACL prende-se com o facto de ter ocupado funções governativas em 1827 e depois entre 1828 e 1834, numa época de grande agitação no reino português. Habitualmente, os

¹ Comunicação proferida no âmbito do Congresso Internacional Academias e Sociedades Científicas no Mundo de Língua Portuguesa (1720-1940), organizado pela Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa e pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (29-30 de Novembro de 2016).

² Doutor em História Institucional e Política Contemporânea pela FCSH-UNL. Investigou a vida e obra do Visconde de Santarém nas teses de mestrado e doutoramento, defendidas em 1999 e 2009 (a última publicada em 2016 com o título *Pensamento histórico e acção política do 2º Visconde de Santarém, 1809-1855*). Coordenador editorial da obra *Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém* (CH-ULisboa, em preparação). É autor de onze verbetes do *Dicionário de Historiadores Portugueses* (on-line no site da BNP).

ministros e ex-ministros eram eleitos sócios honoríficos, mas o visconde, enquanto autor de obras históricas de algum destaque logo em 1827-1828, não terá querido deixar de se manter sócio livre, categoria abaixo da de sócio efectivo.

Exilado em Paris em 1834, membro associado estrangeiro do Instituto de França (Academia das Inscrições e Belas-Letras), membro da Sociedade de Geografia francesa e de mais de quarenta agremiações científicas internacionais, o 2º Visconde de Santarém manteve com a ACL uma atitude ora de elogio, ora crítica, em correspondência particular e em notas pessoais, a partir da revolução liberal de 1834.

Palavras-chave: 2º Visconde de Santarém; Academia das Ciências de Lisboa; *Notícia dos manuscritos...*; história documental.

Summary

2nd Viscount of Santarém was correspondent and free member of Academia das Ciências de Lisboa (ACL) from 1821 and 1826. He is an example of a second generation of ACL members in his family, as his father was elected for the same academic posts in 1806 and 1810.

One of the most important issues about why 2nd Viscount didn't rise in the ACL hierarchy is connected with the fact that he was a cabinet member in 1827 and 1828-1834, in a historical period of great disturbance in the Portuguese kingdom. Usually, the members and former members of cabinet were elected honorific academics, but Viscount of Santarém, author of several historical books as soon as 1827-1828, probably didn't want to loose the free member category, just below full membership.

Exiled in Paris in 1834, foreign associated member of Institut de France (Académie des Inscriptions et belles lettres), member of Société de Géographie and of more than forty international scientific societies, 2nd Viscount of Santarém maintained a mixed attitude towards ACL, both of appraisal and critical, in his private correspondance and personal notes, from the Portuguese liberal revolution of 1834 onwards.

Keywords: 2nd Viscount of Santarém; Academia das Ciências de Lisboa; *Notícia dos manuscritos...*; documental history.

Introdução

O 1º Visconde de Santarém (1757-1818), João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, desempenhou um papel crucial na manutenção dos bens da Casa Régia após a Primeira Invasão Francesa, a partir de Novembro de 1807, quando a corte do regente D. João partiu para o Brasil. José Sarmento de Matos chama-lhe mesmo uma espécie de Secretário-Geral da Casa Real nessa época, embora tal cargo não existisse³.

Foi, em primeiro lugar, um servidor da domesticidade e da administração desde pelo menos 1794 e 1796, anos em que no *Almanaque de Lisboa...* aparece como um dos «moços da câmara de Sua Majestade», a rainha D. Maria I e como um dos «moços de guarda-roupa»⁴. Mas foi, sobretudo, um homem de cultura e de fidelidade ao

³ José Sarmento de Matos 1994, p. 182.

⁴ *Almanaque de Lisboa para o ano de 1794...*, pp. 73-74 e *Almanaque de Lisboa para o ano de 1796...*, pp. 32-33.

príncipe D. João. No palácio da Ajuda, no virar do século, exerce cargos da maior confiança, como o de guarda-joias, guarda-tapeçarias, apontador dos foros dos reposteiros e tesoureiro do bolsinho particular do regente, conforme lista de 1802⁵. Em 1807 é porteiro da câmara do príncipe⁶. Nessa altura, a onze anos da sua morte, possui um gabinete de física experimental, uma livraria particular com obras do século XVI, colecções de manuscritos de matérias de natureza histórico-jurídica, bem como tratados de numismática e álbuns de gravuras de museus europeus e descobertas arqueológicas em Itália⁷.

É, por isso, natural que a 7 de Julho de 1806, com perto de cinquenta anos, seja eleito correspondente da Academia e em 28 de Fevereiro de 1810 sócio livre. Comprova-o o discurso de 1810 de João Cristiano Guilherme Müller, secretário da Academia, no qual o seu nome surge entre o de ilustres historiadores e cultores das ciências exactas e naturais:

8

Para Socios Livres forão eleitos, os Illustrissimos e Excellentissimos Senhores D. Domingos de Sousa Coutinho, João Antonio Salter de Mendonça, e os Senhores Felis de Avelar Brotero, Francisco de Mello Franco, Francisco Ribeiro de Guimarães, Fr. Francisco de S. Luiz, Jeronymo Soares Barbosa, João Diogo de Barros, João de Magalhães Avelar, João Silverio, Joaquim Pedro Gomes, João Pinto da Silva, Ricardo Raimundo Nogucira, Francisco José da Horta Machado, e Tristão Alvares da Costa Silveira.

⁵ Almanaque de Lisboa para o ano de 1802..., pp. 86 e 88.

⁶ Almanaque de Lisboa para o ano de 1807..., p. 55.

⁷ Visconde de Santarém 1918, p. 2.

⁸ *Memórias de Matemática e Física...*, t. III, parte II, 1814, «Discurso histórico pronunciado na sessão pública da Academia... de 24 de Julho de 1810 por João Guilherme Cristiano Müller, secretário da mesma Academia», p. XVIII; Diplomas da Colecção Visconde de Santarém e informações do seu processo individual na Academia das Ciências de Lisboa.

Em 1814 e 1817 o seu nome é impresso nas listas de sócios livres da Academia publicadas no *Almanaque de Lisboa...*, em ambos já como Visconde de Santarém, mas no segundo caso com o título de Primeiro Secretário de Estado da Casa do Infantado⁹.

A valorização da ACL pelo 2º Visconde de Santarém (1815-1830)

Falecendo em 12 de Janeiro de 1818 o 1º Visconde, o 2º é agraciado com esse título aquando da coroação de D. João VI (a 6 de Fevereiro).

Em Junho de 1820 escreve, em carta publicada em 1820-1822 nos parisienses *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, que no seu programa de 1815¹⁰, a Academia propunha a elaboração de um *Índice cronológico remissivo dos diplomas e mais documentos pertencentes à história de Portugal, desde a época da restauração das Espanhas do jugo dos mouros até ao ano de 1603, exclusivamente, os quais documentos se achassem já impressos em obras nacionais ou estrangeiras*.

E comenta: «podia eu então oferecer à mesma Academia, pelo que pertencia à história política de Portugal, uma grande quantidade de cópias de monumentos que para meu particular estudo havia coligido. Conheci que o meu trabalho era mais importante do que o proposto no mesmo programa», por conter grande parte do que estava impresso em obras nacionais e estrangeiras, mas também

⁹ *Almanaque de Lisboa para o ano de 1814...*, pp. 67-71 e *Almanaque de Lisboa para o ano de 1817...*, pp. 74-78.

¹⁰ Não foi possível encontrar referência a tal programa, apenas ao *Programa da Real Academia...* para o ano de 1816, anunciado nas sessões públicas de 24 de Junho de 1814 e de 24 de Junho de 1815 (*História e Memórias...*, ts. IV, parte I, 1815, p. XXV e *Idem*, parte II, 1816, p. LVI).

«grandes séries de tratados e confrontações territoriais» entre Portugal e demais soberanos ibéricos e negociações inéditas, abrangendo pelo menos os séculos XV, XVI e XVII. Essa é a mais antiga referência, conhecida, do 2º Visconde à ACL¹¹.

12

» O Índice cronológico remissivo dos documentos impressos, pertencentes á nossa historia, desde a restauração das Hespanhas até 1603 exclusivamente:

No caso do 2º Visconde, parece ter sido a experiência de emigrar de Lisboa para Paris, em 1820-1821, após a revolução vintista de Agosto de 1820, que lhe conferiu o *capital intelectual* para que, a 13 de Dezembro de 1821¹³, fosse eleito correspondente da Academia. Na cidade-luz, a consulta da documentação portuguesa em várias bibliotecas e arquivos permitiu-lhe descrever fontes de conhecimento para a história diplomática de Portugal que o vão celebrar, após a publicação de três artigos nos ditos *Anais...*, em 1820, 21 e 22. E o exemplo que cita de José Francisco Correia da Serra, o *abade* Correia da Serra, informando-o sobre a existência de outra documentação em Itália, prova que o conheceu na capital francesa e que será pela mão do então secretário da Academia que é admitido no seio da mesma: «As notícias dos manuscritos portugueses existentes nestas três bibliotecas [Milão, Florença e Parma] me foram comunicadas em Paris pelo Sr. José [Francisco] Correia da Serra, que durante as suas viagens

¹¹ Visconde de Santarém 1910, p. 401.

¹² *História e Memórias...*, t. IX, 1825, «Discurso recitado na Sessão Pública de 1 de Julho de 1824 pelo Secretário José Maria Dantas Pereira», p. XLI.

¹³ Visconde de Santarém 1919, vol. VIII, p. 243.

(nas quais tanto honrou o pátria que lhe dera o berço) as havia, com luminosa crítica, examinado»¹⁴.

Em 1822, já regressado a Lisboa, o visconde afirma que deu conta, à Academia, do «meu vasto trabalho sobre o novo Direito Público Diplomático Externo»; e que a 18 de Abril lhe é passado diploma de correspondente¹⁵.

A 17 e 21 de Janeiro de 1823, por ordem das Cortes Ordinárias vintistas, os académicos efectivos Correia da Serra e João Pedro Ribeiro, deputados, são substituídos pelo Visconde de Santarém e por Francisco Nunes Franklin nas funções de membros da «Comissão Académica que no Real Arquivo da Torre do Tombo se juntou para formar uma Colecção de todas as nossas antigas Cortes, desde o princípio da Monarquia» até às de 1697-1698. O interessante é que, no espaço de poucos meses ou anos, tanto Santarém quanto Franklin vão passar a exercer funções na Torre do Tombo: Franklin, já cronista da Casa e Estado de Bragança, é em 1823 nomeado oficial-mor do dito arquivo; e, no ano seguinte, Santarém guarda-mor interino¹⁶.

A verdade é que a Comissão Académica das Antigas Cortes, formada por ordem do regime vintista e reunindo membros da Academia das Ciências, vai ter pouca ou nenhuma produtividade: a 3 de Junho de 1823, após a Vila-Francada, dá-se a dissolução régia das

¹⁴ Idem 1910, pp. 37, n. 5 e 401.

¹⁵ Idem 1919, vols. VI, pp. 11-12 e VIII, p. 243. Tal trabalho seria mais tarde estruturado nas colecções do *Quadro Elementar...* e do *Corpo Diplomático...* do 2º Visconde de Santarém.

¹⁶ Inocêncio Francisco da Silva 1860, p. 20, Visconde de Santarém 1827A, p. VI, Joaquim Leitão 1940, pp. IX-X e José Silvestre Ribeiro 1873, pp. 360-61. A 21 de Janeiro desse mesmo ano passa a fazer parte da mesma comissão o próprio guarda-mor titular, o Visconde de Azurara (Christovam Ayres 1927, pp. 427-430).

Cortes Ordinárias vintistas e o regresso ao Antigo Regime político¹⁷; e a 11 de Setembro morre, já septuagenário, Correia da Serra. Em 1824 é impresso o volume *Colecção de Cortes. Congresso do Braço da Nobreza nas Cortes de 1697 e 1698*, na tipografia da Academia das Ciências, fôlio de V-124 páginas, o único vestígio do trabalho colectivo da dita Comissão. De 1825 existe relato que foram publicados documentos desde as cortes de Lamego, supostamente em 1143, até às de 1253¹⁸.

Nos *Almanaques de Lisboa...* relativos aos anos de 1820, 1823 e 1824-1826, o visconde continua a ocupar as funções de guarda-roupa régio¹⁹.

O ano de 1824 é especialmente produtivo para o Visconde de Santarém, a nível académico, intelectual e político. Por exemplo, ordena e compõe os materiais e escreve a advertência preliminar de uma obra fundamental para o cerimonial das cortes tradicionais de 1828, as *Memórias para a História, e Teoria das Cortes Gerais...*²⁰.

No seguimento da Carta de Lei Fundamental de 4 de Junho de 1824, é nomeado secretário de uma junta preparatória da reunião dos Três Estados, provavelmente para elaboração ou recuperação de uma lei eleitoral tradicional²¹. O facto de ser então guarda-mor interino da Torre do Tombo e de exercer funções na dita junta régia poderá ter

¹⁷ Joel Serrão 1989, vol. VI, p. 309 e José Calvet de Magalhães 1991, pp. 351-352, n. 161.

¹⁸ *História e Memórias...*, t. IX, 1825, p. LIII.

¹⁹ *Almanaque de Lisboa para o ano de 1820...*, p. 114; *Almanaque de Lisboa para o ano de 1823...*, p. 26; *Almanaque de Lisboa para o ano de 1825*, p. 45; *Almanaque de Lisboa para o ano de 1826...*, p. 5.

²⁰ Visconde de Santarém 1827A, título e «Advertência Preliminar», pp. V e VI.

²¹ Luís Reis Torgal 1993, p. 230.

condicionado a sua progressão na Academia, de correspondente para sócio livre²².

A 1 de Julho ocorre uma sessão pública da Academia das Ciências em que são lidos, pelo novo secretário da Academia, José Maria Dantas Pereira (1772-1836), os aditamentos à «Notícia dos manuscritos...», publicados nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, em 1821-1822. Tal leitura é realizada na presença de D. João VI, «da Família Real e da Corte», isto é, perante uma audiência muito especial²³.

24

O Sñr. Visconde de Santarem offereceo consideraveis additamentos ás suas assaz conhecidas memorias sobre os manuscritos, que, existindo nas bibliothecas Parisienses, pertencem ao Direito publico externo e diplomatico de Portugal: o distincto conceito, que corresponde a este manuscrito, alem de assaz prefixado pelas ditas memorias impressas, vai agora mesmo ser manifestado pela leitura de alguns dos additamentos offerecidos.

De 26 de Julho de 1824, por seu lado, data a primeira de mais de duas dezenas de cartas do visconde para José Maria Dantas Pereira, escritas em 1824, 1826 e 1827, sobre a possibilidade de publicação, pela ACL, da «Notícia dos manuscritos...»²⁵.

²² Mas, à imagem do que sucedeu com o guarda-mor titular da Torre do Tombo, anterior membro do governo da regência e de várias juntas régias, o visconde de Azurara, que morre em 1825, nunca progrediu de sócio livre para efectivo, por razões mais adiante explicadas.

²³ Visconde de Santarém 1910, p. 40, Idem 1842, p. LXXI n. e Idem 1919, vol. VIII, p. 258.

²⁴ *História e Memórias...*, t. IX, 1825, p. LII.

²⁵ Visconde de Santarém 1919, vol. VI, pp. 3-21.

Em 1 de Junho de 1826, já no reinado de D. Pedro IV, é emitido o diploma do Visconde de Santarém como sócio livre da Academia. A 12 de Julho, dois anos depois da leitura pública do texto, é decidida, em sessão académica, a reimpressão, com aditamentos, da «Notícia dos manuscritos...», dado o seu interesse. Serão, porém, necessárias novas disposições nesse sentido, em sessões académica e do Conselho Académico de 11 de Janeiro de 1827, para formalizar tal decisão²⁶.

Ainda em Dezembro de 1826, o visconde é nomeado para as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, não as aceitando. Todavia, em Junho-Setembro de 1827 encontra-se à frente dos ministérios do Reino e da Marinha e Ultramar. Durante esse período, enquanto ministro do Reino, sanciona a sua própria designação como guarda-mor efectivo da Torre do Tombo e, por inerência de funções, de oficial-mor da Casa Real²⁷. Poucos dias antes de ser chamado ao executivo, a 27 de Maio, Santarém escreve ao secretário Dantas Pereira, enviando-lhe um exemplar do primeiro tomo das *Memórias para a História, e Teoria das Cortes Gerais...* e ainda referindo as provas da *Notícia dos manuscritos...*²⁸.

A obra é publicada pela Academia em 1827, com o título *Notícia dos manuscritos pertencentes ao Direito Público Externo Diplomático*

²⁶ Idem, *Idem*, vol. VIII, p. 243 e Idem 1910, p. 40. De 13 de Janeiro de 1827 data uma acta da Sessão do Conselho da Academia das Ciências, pela qual é reiterada a decisão de imprimir, a custas da instituição e sob o seu privilégio, a *Notícia dos manuscritos...* (Idem 1910, p. 33). Nos Livros de Secretaria da ACL, Livro 23b, tal informação é corroborada: «Sessões do Conselho [de 11 de Janeiro de 1827 a 5 de Novembro de 1834]», f. 1, de 11 de Janeiro de 1827. Assinam o documento, entre outros, Alexandre António Vandelli, José Acúrsio das Neves, Joaquim José da Costa de Macedo e José Maria Dantas Pereira.

²⁷ Esta informação é reiterada no *Diário do Governo* nº 28, de 2 de Fevereiro de 1843, p. 165, quando José Feliciano Castilho Barreto e Noronha escreve: «Aos 28 de Agosto de 1827, depois da morte do guarda-mor [titular, o visconde de Azurara], passou-se carta [de guarda-mor titular] ao sr. Visconde de Santarém, cujo ordenado se elevou depois a 800\$00 réis, havendo já alcançado, no 1º dia do mesmo mês, um decreto concedendo formalmente a ele (sic) e a seus sucessores o título de oficial-mor da casa real».

²⁸ Visconde de Santarém 1919, vol. VI, pp. 19 e 21.

de Portugal e da História e Literatura do mesmo País, que existem na Biblioteca Régia de Paris e outras, da mesma capital, e nos Arquivos de França. Examinados, e Coligidos pelo Segundo Visconde de Santarém, com 105 páginas. Será o único título deste autor impresso com a chancela da Academia. Nele, exprime a valorização crucial dos documentos:

Se entre as Nações mais adiantadas na escala da civilização são cuidadosamente produzidos, depois das laboriosas fadigas, e investigações dos sabios amantes das antiguidades, os monumentos ineditos de sua Historia Civil, e Politica, como não será importantissimo para o nosso Portugal, que desgraçadamente não possui huma Historia systematica, o conhecimento dos innumerados monumentos ineditos seus, que existem nas differentes partes da Europa? Este co-

E refere, igualmente:

29

A Historia, que se não funda em Documentos genuínos, não he Historia: póde deleitar, mas nunca convencer, e persuadir.

Já a Historia do nosso Portugal tem ganho muito com as publicações documentaes, que nestes ultimos trinta annos tem visto a luz publica (3), e ainda mais soccorros poderá obter, se em algum tempo, com hum bem entendido amor das letras, e afincado auxilio do Governo, se mandarem occupar nas differentes partes da Europa pessoas habéis, que investiguem os diversos Archivos, e Bibliothecas, ordenando-se por circulares aos Ministros Portuguezes residentes nas respectivas Côrtes, que auxiliem tambem officialmente estas empresas. Este plano não seria menos glorioso para Portugal, do que foi para a França o de Luiz XIV, quando ordenou huma semelhante diligencia, pelo que pertencia particularmente á Numismatica, ás Antiguidades, &c.

²⁹ Idem 1827B, pp. 1 e 3.

Aliás, de 1824 a 1826 começará um outro processo epistolar, tal como o que levara à impressão da *Notícia dos manuscritos*.... Naqueles anos, o visconde troca correspondência com o ministério do Reino (e/ou com o dos Negócios Estrangeiros) para que em Paris se continuasse, via legação portuguesa, o trabalho de analisar e copiar os documentos nacionais que Santarém indicasse como preciosos³⁰.

Além disso este autor cita, como exemplo dessas últimas três décadas (teoricamente, 1797-1827), na *Notícia dos manuscritos*..., obras de João Pedro Ribeiro, José Anastácio de Figueiredo, Joaquim José Ferreira Gordo e Joaquim da Santa Rosa de Viterbo, dois deles já falecidos (Figueiredo e Viterbo), mas sendo os restantes (Ribeiro e Ferreira Gordo) então membros efectivos da Classe de Literatura Portuguesa. É uma forma de homenagem e de alinhamento do visconde com a Academia, a que era possível antes de a política e a revolução de 1834 o afastarem da instituição.

Ainda nesse ano de 1827 são listados, entre os sócios livres, os que têm a característica de eventuais substitutos dos sócios efectivos da Classe de Literatura Portuguesa. São eles: Francisco Nunes Franklin, oficial-mor da Torre do Tombo; José Acúrsio das Neves; Manuel José Maria da Costa e Sá; Manuel José Pires; e Frei Mateus de Assumpção Brandão.

De fora ficam, entre outros, D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Viseu, Frei Fortunato de São Boaventura e o Visconde de Santarém:

31

Manoel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita, Visconde de Santarém, em Lisboa.
Manoel José Maria da Costa e Sá, Substituto de Effectivo na classe de Litteratura Portuguesa, em Lisboa.
Manoel José Pires, Substituto de Effectivo na classe de Litteratura Portuguesa, . . . em Lisboa.

³⁰ Idem 1910, pp. 40-41.

³¹ *História e Memórias*..., t. X, parte I, 1827, p. XXVII-XXX.

No tomo de 1830, o visconde é referido como propondo à Academia um «Tratado sobre os Descobrimentos de Américo Vespúcio, mandando-nos a cópia da sua correspondência a este respeito com o Doutor Navarrete em Madrid»; e como oferecendo três exemplares das suas obras, além de um título, estrangeiro, sobre a Questão Portuguesa³².

Em Paris: elogios e críticas da ACL (1835-1837)

Uma vez exilado em França, a partir de 1834, o Visconde de Santarém vai prestar bastante atenção às publicações da Academia. A instituição, como sabemos, foi objecto de reforma estatutária naquele ano. Em 1835, recebendo pelo menos três sociedades francesas vários exemplares das publicações da ACL e qualificando de «peditório do actual Secretário, Macedo» a solicitação de remessa de obras similares para a biblioteca da agremiação portuguesa³³, o visconde tece as seguintes considerações: o «que é mais curioso é a remessa» do tomo XI, parte I, da *História e Memórias...*, de 1831, «com a gravura da medalha da efígie do Sr. D. Miguel de *manto real, de coroa e ceptro, sentado*, recebendo as homenagens da Academia».

³² *Idem*, t. X, parte II, 1830, «Discurso histórico recitado na sessão pública do 1º de Dezembro de 1829 pelo vice-secretário Manel José Maria da Costa e Sá, na presença de D. Miguel», pp. XIII, XXII, XXX; e 2.

³³ A Asiática, a dos Antiquários de França e a Geográfica de Paris. Santarém contabiliza em 20 os volumes enviados para França, dos 146 que afirma já terem sido publicados pela ACL.



E, em tom admirativo:

E faz o Secretário Macedo uma tal remessa, oficialmente, em nome da Academia das Ciências, no fim do ano de 1835, quase dois anos depois da Academia reconhecer outro governo. *Nisto estimamos muito ver quanto é respeitável o exemplo que a Academia [dá] de sua consideração para com a História. O que se passou [em 1828-1834] considerou-o, talvez, como pertencendo a ela [História]. Esta tolerância, este respeito pelo que se passou, foi também seguida pela Academia durante os seis anos do governo do Sr. D. Miguel. Naquele mesmo último volume vemos uma prova no catálogo dos membros, muitos dos quais estavam deportados ou tinham sofrido prisão ou emigração e, nem por isso, deixaram de ser sempre incluídos oficialmente no catálogo dos membros. Citarei os seguintes que ali lemos a página [XXXIII]*

[Sócios] Honorários

1º, conde do Funchal, que já então [aquando da sessão pública de 31 de Dezembro de 1831] não só não tinha reconhecido o governo [miguelista], mas até contra ele protestado [fora do reino];

2º, João de Mattos [Vasconcelos Barbosa de Magalhães, ex-ministro da Justiça entre 1829 e 1831]. Já então deportado em Abrantes, e ali se lê = *Fora de Lisboa*.

3º, Conde de Suberra. Preso no forte da Graça em Elvas e incomunicável³⁴.

4º, Silvestre Pinheiro Ferreira, que já tinha escrito a favor da Sr. D. Maria [II] e seguia o seu partido [fora do reino].

³⁴ Na verdade, Suberra entrara a 1 de Setembro de 1830 no forte de São Julião da Barra e só seria transferido para Elvas a 25 de Junho de 1832, aí falecendo pouco depois (João Baptista da Silva Lopes s.d., p. 36).

Efectivos:

[Classe de Ciências Naturais]

«5º, Franzini, que estava demitido dos empregos que exercia. Medida estupidíssima do Ministro Leite [Conde de Basto].

6º, Mateus Valente do Couto, o mesmo».

Marino Miguel Franzini, Thesoureiro da Academia, *rua do Moinho de Vento N. 40.*

Matheus Valente do Couto, Director da classe, *rua do Monte Olivete N. 59.*

[Classe de Literatura Portuguesa]

«7º, O Bispo titular de Coimbra, [Frei Francisco de] São Luís, apesar de estar preso na Serra de Ossa. Ali se diz = Fora de Lisboa.

8º, O actual Secretário Macedo – que a essa época estava preso» [no Limoeiro].

Na classe de Litteratura Portugueza.

D. Fr. Francisco de S. Luiz, Bispo titular de Coimbra, *fóra de Lisboa.*

Francisco Manoel Trigoso d'Aragão Morato, *na quinta nova junto a Torres Vedras.*

Francisco Ribeiro Dosguimarães, Director da classe, *travessa do Jardim N. 14.*

João Pedro Ribeiro, *no Porto.*

Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão, *em Lustosa.*

Joaquim José da Costa de Macedo, *rua do Almada N. 25 A.*

Joaquim José Ferreira Gordo (Monsenhor Ferreira), *rua das Praças N. 18.*

Manoel d'Almeida e Vasconcellos, Conde da Lapa, *Campo de Santa Anna N. 132.*

[Sócios Livres]

9º, O médico Pimenta, do Sardoal = apesar de deportado.

Francisco Xavier d'Almeida Pimenta, na Sardoa.

Correspondentes

10º, O antigo deputado das cortes de [18]22 = Pessanha, apesar de deportado no Algarve.

Francisco Antonio d'Almeida Moraes Pessanha, fóra de Lisboa.

11º, José Liberato = Apesar de ter sido autor do *Campeão Português...*, expulso do reino [e de formar] parte da emigração.

35

José Liberato Freire de Carvalho, fóra do Reino

E embora não o refira, com certeza que o visconde sentiria, juntamente com o bispo de Viseu, outro ex-ministro, considerável orgulho em constar como sócio livre, enquanto entre os honorários eram listados, em Dezembro de 1831, ex-ministros, como o Duque de Cadaval e os condes de Porto Santo e de Murça; e ministros então em funções, casos dos condes de São Lourenço, de Basto e da Lousã³⁶.

Na continuação do exame do tomo de 1831 da *História e Memórias...*, nomeadamente dos textos de António de Almeida sobre as crónicas portuguesas e do Barão de Eschwege sobre geognóstica, o visconde é razoavelmente crítico, nomeadamente sobre a suposta

³⁵ Visconde de Santarém 1914, pp. 109-110 e *História e Memórias...*, t. XI, parte I, 1831, «Lista dos sócios da Academia Real das Ciências em Dezembro de 1831», pp. XXXII-XXVII. Itálicos e negritos meus.

³⁶ *História e Memórias...*, *Idem*, pp. XXXII-XXIII e XXXV-XXXVI.

ausência de erudição de ambos, afirmando preferir as notas de Alexandre António Vandelli [«Vandelli Filho»] ao texto do barão³⁷.

38

<i>Exame comparativo de Chronicas Portuguezas, relativamente ao Governo do Senhor Conde D. Henrique, por Antonio d'Almeida.</i>	45
<i>Me-</i>	
<i>Memoria Polemica d' cerca da verdade da Jornada de Egas Moniz a Toledo, por Antonio d'Almeida.</i>	127
<i>Memoria d' cerca das qualidades, e deveres do Medi-</i>	
<i>Memoria Geognostica, ou Golpe de vista do Perfil das estratificações das diferentes rochas, de que he composto o terreno desde a Serra de Cintra na linba de Noroeste a Sudoeste até Lisboa, atravessando o Têjo até á Serra da Arrabida, e sobre a sua idade relativa. Por Guilherme Barão d'Eschwege.</i>	253
<i>Additamentos d' antecedente Memoria Geognostica, por Alexandre Antonio Vandelli.</i>	281

No que diz respeito ao tomo da colecção *História e Memórias...* publicado em 1837 e consultado por Santarém em finais desse ano, comenta-o, com alguma argúcia:

pela primeira vez desde a fundação da Academia ali se não publicou o discurso dos trabalhos do ano precedente, recitado na sessão pública! Ou não houve sessão pública, primeira vez que tal acontecesse, ou o não quizeram publicar para não comprometerem o actual secretário perpétuo no futuro e no estado de divisão de

³⁷ Visconde de Santarém 1914, pp. 110-112.

³⁸ *História e Memórias...*, Op. Cit., pp. 307-308.

partidos políticos em que se acha o reino. Tão pouco ali se não inseriu a lista dos sócios, conforme o costume!³⁹

Mas outras colecções da Academia, mesmo antigas, merecem reparos a Santarém, feitos com alguma rispidez. Dever-se-á tal interpretação ao facto de termos acesso a anotações que, antes de 1834, não existem impressas? Será tal acutilância devida à distância física e mental face a um Portugal revolucionado e ao contacto diário com a realidade cultural e editorial francesa? Ou, ainda, por sentir este autor a necessidade de contestar as prioridades geográficas e literárias que considerava portuguesas, reivindicadas por estrangeiros⁴⁰? Talvez uma combinação de todos estes elementos.

No que diz respeito às *Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, com dois tomos integrados no primeiro volume de 1812, o visconde lamenta a ausência – então e desde então – da reprodução litográfica de 28 «estampas soberbamente iluminadas» de missionários portugueses em Goa, de forma a que fossem comparadas com as do célebre orientalista [alemão Georg Friedrich] Creuzer [1771-1858], [em] *Réligions de l'Antiquité*, obra traduzida para francês a partir de 1825.

Aponta, por fim, na planificação da colecção das *Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, o facto de se «deixar inéditas tantas obras e trabalhos dos nossos Portugueses, de alguns dos quais se podia ainda achar autógrafos nas infinitas colecções dos conventos». Constatamos, em 1836, a combinação, neste historiador, de um discurso de elogio das riquezas literárias de Portugal e de um olhar apreensivo perante as oportunidades perdidas de publicação de

³⁹ Visconde de Santarém 1914, p. 246. Itálico meu. O que o visconde parecia desconhecer era que o mesmo já sucedera no t. XII, parte I, de 1835.

⁴⁰ Idem, *Idem*, p. 190.

fontes inéditas, via acervos confiscados aos conventos recentemente extintos⁴¹.

Continuando a ter acesso a outros tomos da coleção *História e Memórias...*, neste caso ao de 1823 (t. VIII, parte I), o Visconde de Santarém comenta sucessivamente o estilo oratório do discurso do vice-secretário Vilela Barbosa (de forma bastante detalhada), assim como a prosa de D. Francisco Alexandre Viseu («estilo que ele emprega com pretensões de quinhentista») e de Frei Fortunato de São Boaventura, cuja memória considera muito erudita e numa linguagem em relação à qual afirma: «custa a crer que o homem [sic], que escreveu esta memória, escreveu depois a carta que publicou o denunciante da duquesa de Berry». Para além de se desconhecer a que carta se refere Santarém, vê-se que este não se consegue alhear da irritação que ainda lhe evocam as questões do miguelismo em Portugal e do legitimismo em França⁴².

Desvaloriza igualmente a leitura dos aditamentos à memória de Joaquim José da Costa de Macedo sobre o descobrimento das Canárias⁴³: «É cousa bem fraca, e escapou-lhe o melhor das provas de que os Portugueses conheceram as Canárias antes do ano de 1341, que são as produzidas por Plutarco e outros escritores antigos, e pelos Árabes do 12º século. Esqueceu-se do convite que os Lusitanos fizeram a Sertório perseguido por Sila para o levarem para as Canárias e ali refugiá-lo». Ou seja, aproveita-se de argumentos mitológicos para diminuir os do secretário perpétuo da Academia⁴⁴.

⁴¹ Idem, *Idem...*, pp. 114-115.

⁴² Idem, *Idem*, pp. 120-121.

⁴³ Trata-se dos «Aditamentos à primeira parte da Memória, sobre as verdadeiras épocas em que principiaram as nossas navegações e descobrimentos no oceano Atlântico», *História e Memórias...*, t- XI, parte II, 1835, pp. 177 a 230.

⁴⁴ Visconde de Santarém 1914, p. 125.

O tom mantido é de repúdio pela nova ordem de coisas em Portugal, a propósito de supostos índices de cultura e civilização: «Pasma e deve pasmar um português quando penso que, depois de termos sido senhores de quase todo o Oriente e de termos tido mais de 300 escritores sobre as cousas do Oriente, a mesma aula de língua árabe que havia no convento de Jesus [actual sede da Academia] já não existe». E compara as publicações das sociedades bíblicas de vários estados com a raridade, em Portugal, da publicação de monumentos nas línguas orientais.

E, para concluir o recurso aos *Inéditos...*, que já vai extenso, mencionando o visconde o movimento anual da imprensa no Japão («de 5 a 8 mil pequenos volumes, planchas, cartas geográficas, etc.»), afirma, sarcástico: «Seria curioso comparar-se este movimento de um ano, da Imprensa do Japão, com o da Imprensa Portuguesa nos 3 anos de 1820 a 23, e nos dois de 34 e 35, que um Governo que se diz de homens regeneradores tem produzido» ⁴⁵. Esquecendo-se de mencionar estatísticas relativas a 1828 a 1834, anos da regência e reinado de D. Miguel...

Porém, exceptuando anedotas referentes aos «Literatos, todos, Trigoso = o Bispo-Conde, o Dr. [Dos]Guimarães, o Monsenhor Ferreira [Gordo] e os Matemáticos» e à partilha de uma crítica à escassa produção bibliográfica do abade Correia da Serra, é fácil perceber que estas anotações, de natureza particular, são completamente diferentes da imagem por si passada aos estrangeiros sobre a Academia:

Um dos dois circunstantes, um certo Mr. de Brière, pareceu-me um famoso pedante e um ridículo charlatão. Entrou logo em conversação comigo e perguntou-me se em Portugal havia alguma sociedade científica!!! Ao principio estive para lhe dar uma sova mestra, tratando-o de ignorante completo, mas proferi *dar-lha ao sério* = Disse-lhe [que] há não só sociedades científicas, mas **uma**

⁴⁵. Idem, *Idem*, pp. 126-127.

das mais distintas Academias de Ciências da Europa. Academia que tem 80 anos de antiguidade [sic – quase 56, 1835], e que sucedeu a outra, que fez grandes serviços às Letras e que foi estabelecida no principio do século 18 [1720], tendo já no século 17 *havido um espirito de associação científica tal que, à imitação da Itália, se formaram 30 Academias, que publicaram suas transacções*, etc. Ficou ele muito admirado, e perguntou-me se não admitia estrangeiros a Academia das Ciências. *Respondi-lhe que muito poucos e só as maiores celebridades Literárias.* Disse-lhe dos Privilégios da Academia; que ela formou, desde a sua criação, **um corpo no Estado, como todas as outras** e que tinha publicado mais de 100 volumes de transacções⁴⁶.

Décadas de 1840 e 1850

Conforme a própria Classe de Ciências Morais e Belas-Letras (ex-Literatura Portuguesa) se esvaziava de alguns dos nomes mais sonantes da historiografia portuguesa, sobretudo nos anos de 1834-1835 e de 1838-1839⁴⁷, a Academia perde dinamismo nesse campo. Na década de 1840 vão surgir edições francesas da *Geschichte von Portugal* de Heinrich Schaefer; as *Cartas sobre a História de Portugal* e a *História de Portugal* de Alexandre Herculano; e o *Quadro Elementar...* do visconde de Santarém, começado o publicar em 1842 e que em 1845 contava já com seis volumes. Schaefer, Herculano e Santarém não eram sócios efectivos da Academia – os dois primeiros nunca o serão, Alexandre Herculano sê-lo-á, assim como vice-presidente, a partir de nova reforma estatutária, em 1851-1852. Mas, até lá, os principais historiadores e lusitanistas não faziam, decididamente, parte da Classe de Ciências Morais e Belas-Letras.

⁴⁶ Idem, *Idem*, pp. 96, 150, 162 e 215. Itálicos e negritos meus.

⁴⁷ Pelas despromoções compulsivas de João Pedro Ribeiro e de Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão; e pelas mortes de Joaquim José Ferreira Gordo, Francisco Manuel de Aragão Trigo Morato, João Pedro Ribeiro e de Francisco Ribeiro DosGuimarães.

Entretanto, o Visconde de Santarém torna-se, aos olhos da Europa, um símbolo importante da cultura portuguesa. Vice-presidente da Comissão Central da Sociedade de Geografia de Paris entre 1845 e 1849, vice-presidente da Sociedade em 1840⁴⁸, membro de mais de quarenta agremiações científicas (entre elas quatro outras sociedades geográficas europeias), tinha também, desde 1840, as suas obras históricas, geográficas e cartográficas subsidiadas pelo governo português, embora se mantivesse em Paris. Além de ter voltado a ser guarda-mor da Torre do Tombo, desta vez *in absentia*.

Paradoxalmente, parece ter sido por intermédio, entre outros, de Joaquim José da Costa de Macedo, que algumas das suas obras tiveram apoio governamental. É assim que escreve, a 25 de Junho de 1842, ao secretário perpétuo da Academia: «esta certeza e da aprovação que V.Ex.^a obteve do nosso excelente amigo, Duque da Terceira, pelo qual sou autorizado a completar a grande colecção dos monumentos geográficos [*Atlas*], veio dar-me o maior alento e não descanso um só instante». Dois anos, depois, a 9 de Fevereiro de 1844, Santarém elogia Costa de Macedo de forma inequívoca: «devo dizer, não por lisonja, mas pela justiça que lhe é devida, que me não consta que a Academia tivesse, desde a sua fundação, um Secretário nem mais zeloso, nem mais inteligente, nem *mais Europeu* do que V.^a S.^a». E, por fim, agradecendo a os parabéns pela concessão, por parte imperador do Brasil, do oficialato da Ordem do Cruzeiro, comenta com o mesmo

⁴⁸ Alfred Fierro 1983, pp. 125-127, 131, 136, 140 e 145, Visconde de Santarém 1919, vol. VI, p. 107 (com um erro de designação do ministro, que afirma ser do Interior) e 128, Conde de Franqueville 1896, p. 199, n.º 344, *Bulletin de la Société de Géographie* 1837-1843, ts. VI a XX, p. 4, 1844-1850, ts. I a XIV, p. 4 e 1851-1856, ts. I a XI, p. 4.

destinatário, a 10 de Julho de 1845: «Estimo-a também por não haver outra, senão a de uma pessoa tão digna de a ter, como V.^a S.^a»⁴⁹.

Não é, pois, de estranhar, que ao visconde fosse concedido um duplo aval, por parte da ACL. Por um lado, a 18 de Janeiro de 1846, o mesmo Joaquim José da Costa de Macedo destacava, em missiva para o autor, que no *Quadro Elementar...* «factos novos e desconhecidos [...] mostravam o carácter dos personagens que neles intervieram debaixo de um aspecto bem diferente daquele por que até agora eram considerados»⁵⁰. Por outro, dada a grande contribuição de Santarém para obter de academias, sociedades científicas e bibliotecas francesas duplicados para a Academia, vários sócios fizeram um abaixo assinado⁵¹ para que lhe fosse concedida a grã-cruz da Ordem de Cristo. Como sucedeu, por mercê de D. Maria II, a 26 de Dezembro de 1850.

Com 57 anos, a 12 de Junho de 1849, no mesmo ano em que publica a versão mais completa do seu *Atlas*, o visconde faz testamento. No 8º artigo determina que após a morte, **«a sua livraria seja entregue à Academia Real das Ciências de Lisboa, com a condição de que ela seja classificada à parte, e se conserve inteira com o seu nome**, do mesmo modo que em França se conservam as colecções que pertenceram a Colbert, a Sully e [a] outros indivíduos». Parecem longe, pois, os tempos de críticas acerbas à Academia, na década de 1830. Ou seja, a sintonia entre o sócio livre e a ACL parecia total.

Porém, a 5 de Dezembro de 1852, três anos passados, já cumpridos 61 anos de idade, o visconde revoga algumas das suas disposições testamentárias, num codicilo daquela data.

⁴⁹ Visconde de Santarém 1919, vol. VI, pp. 264, 421 e 506.

⁵⁰ Idem 1853, vol. VIII, p. LXXII, n. 1.

⁵¹ Entre eles Costa de Macedo e José Liberato, um preso, outro exilado sob o reinado de D. Miguel.

Nomeadamente, anula o mesmo artigo, «em consequência do que ultimamente obrou para comigo [a Academia] depois da nova reforma [estatutária], **apossessando-se, injustamente e sob falsos pretextos, de parte da publicação das minhas obras diplomáticas;** e por cair assim em flagrante contradição com a sanção e aprovação que sempre dera às obras que publiquei»⁵².

De facto, apesar do conjunto do *Quadro Elementar...* e do *Corpo Diplomático...* serem colecções sancionadas pela coroa em 1824 (D. João VI) e em 1842 (D. Maria II), o governo em exercício em 1852 ordenara ao visconde que o *Corpo Diplomático...* se restringisse à publicação de documentos diplomáticos de 1501 em diante. Isto, por terem os *Portugaliae Monumenta Historica (PMH)*, dirigidos por Alexandre Herculano no seio da Academia, privilégio exclusivo para imprimir todos os documentos históricos até ao final do século XV (1500). Porém, em carta de 13 de Dezembro desse ano de 1852, Santarém pede à rainha a revogação dessa decisão, o que consegue no primeiro trimestre de 1853.

Na prática, todavia, os resultados são negativos: até Janeiro de 1856, quando morre, o visconde não vai publicar mais nenhum volume do seu *Corpo Diplomático...*; e a sua livraria será leiloada, em Lisboa, pelo famoso bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva. Santarém acusará sempre o secretário perpétuo Costa de Macedo de ser o instrumento dos interesses de Alexandre Herculano, relativamente à restrição de publicação, dos séculos XVI ao XIX, dos documentos diplomáticos portugueses. Por conterem, no seu programa, os *PMH* a previsão de impressão de *todos* os documentos dos séculos VIII a XV, entre eles, os da diplomacia portuguesa⁵³.

⁵² Jordão de Freitas 1909, p. 20. Negritos e itálico meus.

⁵³ Idem, *Idem*, p. 20, n. c).

Não chegando aos extremos de José Liberato Freire de Carvalho (1854) e de Joaquim José da Costa de Macedo (1857), que no final das suas vidas se demitiram de membro efectivos da Academia, Santarém não lhe legou a sua livraria em testamento, devido à supracitada polémica entre a publicação do *Corpo Diplomático...* e os *PMH*, de Alexandre Herculano (1852-1853). Algo que nos fez, a todos, perder acesso à sua biblioteca particular, reunida durante mais de vinte anos e vendida em hasta pública após o seu falecimento, em 1856.

Conclusão

No final do presente artigo, podemos resumir em **quatro os momentos da relação do Visconde de Santarém com a ACL**:

- um primeiro, de filiação e identificação clara com a agremiação (1815-1830);
- um segundo, de crítica da metodologia e do aparente *provincianismo editorial* da instituição, expresso em páginas privadas (1835-1837);
- um terceiro, de apoio da ACL e do seu secretário perpétuo às suas obras; e de reconhecimento, por parte da Academia, do seu papel individual de mecenas no enriquecimento da biblioteca académica – reconhecimento esse alcançado pelo pedido colectivo e concessão da grã-cruz de Cristo (1842-1850);
- e um quarto momento, de recuo perante a disposição testamentária de legar à ACL a sua livraria pessoal e de amargura perante os intentos dos *PMH*, mesmo quando a rainha anula tais intenções programáticas (1852-1853).

Evoluindo enquanto indivíduo, historiador a académico, na sua relação com a Academia das Ciências, o Visconde de Santarém, em tal laço e identificação/distanciamento institucionais, reflecte a

aprovação ou desaprovação, pessoal, do desenvolvimento da ACL, fosse no sentido do seu florescimento inicial, fosse no da sua involução em 1830-1840, fosse no seu novo apogeu, sob a influência de Alexandre Herculano. Sempre tendo, como subjacente, a dualidade de visões pessoais e intelectuais, própria da psicologia humana.

Fontes e bibliografia

Almanaque de Lisboa para o ano de... 1794, 1796, 1802 e 1807. Lisboa: várias tipografias.

Almanaque de Lisboa para os anos de... 1814, 1817, 1820, 1823, 1825 e 1826. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa.

AYRES, Christovam. *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa.* Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1927. Separata do «Boletim da Segunda Classe», vol. XII.

Bulletin de la Société de Géographie. Paris: Chez Arthus Bertrand. 1837-1843, ts. VI a XX; 1844-1850, ts. I a XIV; 1851-1856, ts. I a XI.

Diário do Governo. Nº 28, de 2 de Fevereiro de 1843.

Diplomas da Colecção Visconde de Santarém e informações do processo individual do 1º Visconde de Santarém na Academia das Ciências de Lisboa. 1806 e 1810.

FIERRO, Alfred. *La Société de Géographie (1821-1946).* Genebra/Paris: Librairie Droz/Librairie H. Champion, 1983.

FRANQUEVILLE, Conde de. *Le Premier Siècle de l'Institut.* Vol. I. Paris: 1896.

FREITAS, Jordão de. *O 2º Visconde de Santarém e os seus Atlas Geográficos por... (Estudo publicado pelo actual Visconde de Santarém).* Lisboa: Oficina Tipográfica, 1909.

História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa. T. IV, parte I, 1815; t. IV, parte II, 1816; t. IX, 1825; t. X, parte I, 1827; t. X, parte II, 1830; t. XI, parte I, 1831; t. XI, parte II, 1835; t. XII, parte I, 1837. Lisboa: na Imprensa da mesma Academia.

LEITÃO, Joaquim. *Cortes do Reino de Portugal.* Lisboa: Assembleia Nacional, 1940.

Livros de Secretaria da Academia das Ciências de Lisboa. Livro 23b. «Sessões do Conselho [de 11 de Janeiro de 1827 a 5 de Novembro de 1834]». f. 1, de 11 de Janeiro de 1827.

LOPES, João Baptista da Silva. *História do Cativo dos Presos de Estado..., com actualização do texto, introdução e notas de Neves Águas.* Mem Martins: s.d. (2ª edição, com depósito legal de 1984).

MAGALHÃES, José Calvet de. *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911).* Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991.

MATOS, José Sarmento de. *Uma Casa na Lapa,* Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/Quetzal Editores, 1994.

Memórias de Matemática e Física da Academia Real das Ciências de Lisboa. T. III, parte II. Lisboa: na Tipografia da mesma Academia, 1814.

RIBEIRO, José Silvestre. *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal, nos Sucessivos Reinados da Monarquia*. Vol. III. Lisboa: 1873.

SANTARÉM, Visconde de Santarém. *Correspondência do... Coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins (da Academia das Ciências de Lisboa). Publicada pelo 3º Visconde de Santarém*. Vols. VI e VIII. Lisboa: Alfredo Lamas, Mota e Cª, Editores, 1919.

SANTARÉM, Visconde de. *Catálogo da Terceira Livraria do... (com uma introdução de António Baião)*. Lisboa: Alfredo Lamas, Mota e Cª, Editores, 1918.

SANTARÉM, Visconde de. *Inéditos (miscelânea), coligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas (bibliotecário da Biblioteca da Ajuda) e trazidos à publicidade pelo 3º Visconde de Santarém*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1914.

SANTARÉM, Visconde de. *Memórias para a História, e Teoria das Cortes Gerais, que em Portugal se celebraram pelos Três Estados do Reino, ordenadas e compostas neste ano de 1824*. 1ª Parte. Lisboa: Imprensa Régia, 1827A.

SANTARÉM, Visconde de. *Notícia dos manuscritos pertencentes ao Direito Público Externo Diplomático de Portugal e da História e Literatura do mesmo País, que existem na Biblioteca Régia de Paris e outras, da mesma capital, e nos Arquivos de França. Examinados, e Coligidos pelo Segundo Visconde de Santarém*. Lisboa: na Tipografia da Academia Real das Ciências, 1827B. 105 pp.

SANTARÉM, Visconde de. *Opúsculos e Esparsos. Coligidos e coordenados por Jordão de Freitas e novamente publicados pelo 3º Visconde de Santarém*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1910.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias....* Vols. I e VIII. Paris: Em Casa de J. P. Aillaud/Na oficina Tipográfica de Fain & Thunot, 1842 e 1853.

SERRÃO, Joel. «Vila Francada (1823)». In Joel Serrão (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Porto: Livraria Figueirinhas, 1989 (1ª ed., 1975-1978).

SILVA, Inocêncio Francisco. *Dicionário Bibliográfico Português....* Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

TORGAL, Luís Reis. «O tradicionalismo absolutista e contra-revolucionário e o movimento católico». In José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Vol. V. S.L: Círculo de Leitores, 1993.